



9º Seminário de Extensão

PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL CONSTRUINDO PARCERIA PARA A INCLUSÃO DE TRABALHADORES NA SOCIEDADE

Autor(es)

MÍRIAM DA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

Co-Autor(es)

SILVIA CRISTINA PINTO

Orientador(es)

Maria Elisabeth Salvador Caetano

1. Introdução

O desemprego é uma realidade que atinge a população a nível mundial. A expansão tecnológica, a internacionalização e globalização do capital fazem com que as organizações modifiquem sua atuação, transformando paradigmas e gerando novas demandas na produção de conhecimentos, bens de consumo e serviços (EID, 2007)

Diante da competitividade, as organizações, mais enxutas, ganham agilidade no que tange o atendimento ao mercado consumidor que torna-se mais exigente, criando uma complexa circularidade na oferta e demanda. Para reduzir custos com matéria prima, estoques, mão de obra e ao mesmo tempo garantir a qualidade, as empresas investem noutras formas de produção. As terceirizações, por exemplo, são recursos utilizados para atender estas exigências e que constitui o seguimento informal cuja empregabilidade já ultrapassa o emprego formal. Este novo modo de produção surgiu para atender as mudanças na configuração do mundo do trabalho e determina que os trabalhadores sejam qualificados, aptos a administrar tempo, recursos materiais e que desenvolvam capacidade para vivenciar relações interindependentes, nas quais o exercício do trabalho seja de colaboração, fortalecimento e preservação da autonomia entre os indivíduos (SENA, 2006; MENDES, 2006). Porém, estas são exigências experienciais diferentes daquelas vividas nas relações de trabalho até então. Com a transformação na cultura empresarial e o crescimento do trabalho informal, as organizações deixam de ser o lugar seguro, embora ainda seja o setor produtivo no qual grande parte dos trabalhadores deseja atuar. Isso faz com que a empresa ainda seja envolta no ideal de segurança e garantias que leva muitos a fecharem-se para a possibilidade de investir no desenvolvimento de suas potencialidades. Entretanto, o trabalhador contemporâneo precisa ir além do conhecido para produzir sentidos e adquirir uma identidade pautada pela autonomia, na qual seja possível compreender o trabalho como possibilidades para a realização de seu fazer.(EID, 2007; LEÃO, 2007).

Mesmo com o trabalho informal alcançando níveis elevados e perpassando as várias classes, a maioria da população ativa brasileira não está preparada culturalmente para acompanhar a velocidade das mudanças. Isso se deve a vários fatores estruturais, dentre eles, o processo de industrialização tardio do país, que ainda guardava muito da cultura escravocrata monocultora. Assim, o trabalhador no Brasil, vivencia um processo de privação de conhecimentos que o impede de acessar as práticas de trabalho desvinculadas da empresa, e ao mesmo tempo, não possui as qualificações necessárias para inserção ou (re)inserção o que colabora em parte, para a ocorrência do desemprego em massa (CHAGAS, 2000). O fenômeno do desemprego pode ser observado e avaliado mesmo nos países desenvolvidos, mas ele produz uma situação social mais aguda em nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento e atinge em especial a população da periferia, produzindo um grande contingente de excluídos (POCHMANN, 2007). Esta população, pela falta de recursos econômicos, políticos e sociais é cada vez mais empobrecida e colocada em situação de risco, sendo submetida, por exemplo, à marginalidade (LOPES, 2007). Se o avanço do conhecimento e da tecnologia faz com que o mundo do trabalho (formal ou informal), torne-se mais competitivo e arrojado exigindo um trabalhador “multifuncional” e “polivalente”, faltam investimentos em políticas educacionais e sociais elementares para o trabalhador carente. Este artigo pretende explicitar o que, no campo de estágio em Psicologia Social e do Trabalho I e II efetivado no período de agosto/2006 a julho/2007, sob a supervisão da Prof^a. Dr^a. Maria Elisabeth Salvador Caetano, as graduando Oliveira e Pinto observaram com grupos de trabalhadores desempregados. Tal trabalho é fruto da parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEMDES) da Prefeitura de Piracicaba, órgão responsável pelo Programa Auxílio-Emergencial e o Serviço de Apoio ao Trabalhador (SAT).

2. Objetivos

O objetivo do trabalho foi possibilitar um espaço de discussão para que os participantes do Programa Auxílio-Emergencial (SEMDES) pudessem, primeiramente, se reconhecerem como pessoas, trabalhadores e cidadãos. E, num segundo momento, oportunidade de capacitação profissional.

3. Desenvolvimento

Por se tratar de uma proposta voltada para a inclusão dos trabalhadores, foi necessário o olhar multidisciplinar e contou com os profissionais e estagiários de Psicologia e de Assistência Social. Estes últimos são os responsáveis pelas famílias assistidas pelo Programa e forneceram informações sobre as condições de vida dos trabalhadores que acompanhavam in loco. Todo o trabalho foi desenvolvido sempre em conjunto. Assim, foi acordado que o programa seria oferecido aos contratados há mais tempo; que os mesmos seriam convocados via Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMDES) e que seu desenvolvimento seria realizado por região, e nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS). Os encontros entre a equipe de Psicologia e a de Assistente Social eram na SEMDES e os encontros com os trabalhadores eram realizados nos CRAS. Dos encontros realizados nos CRAS, as responsáveis eram as estagiárias de Psicologia e contavam sempre com a presença de uma assistente social. Foram atendidas 53 pessoas divididas em cinco grupos nas comunidades: Jardim Novo Horizonte, Jardim Esplanada, Jardim São Paulo, Jardim Oriente e Bairro Mário Dedini. Com cada grupo foram realizados cinco encontros semanais, de aproximadamente três horas de duração nos quais foram desenvolvidas atividades/conteúdos: observação, informação, orientação e autoconhecimento e relação interpessoal, trabalhados através de discussões e de vivências. Nos encontros procurou-se subsidiar e fortalecer os trabalhadores primordialmente para a autonomia na busca por um trabalho, formal ou informal. Após a finalização dos cinco encontros, foram realizados encontros de manutenção com cada grupo, com o intuito de vincular os participantes ao Serviço de Apoio ao Trabalhador (SAT), encaminhá-los para o Posto de Serviço do Trabalhador (PAT) e acompanhá-los no processo de busca por trabalho. Esses encontros foram quinzenais. Periodicamente a equipe de profissionais se reunia na SEMDES para avaliação e re-alinhamento das atividades.

4. Resultados

Para o trabalho realizado foram convocadas 117 pessoas e deste contingente compareceram nos primeiros encontros 70, dos quais 53 participaram efetivamente do curso. De acordo com o planejamento, as atividades desenvolvidas enfocaram as razões da falta de motivação e apatia trazidas na queixa, bem como investigou o significado de estarem inseridos no Programa Auxílio-Emergencial e a percepção que os trabalhadores tinham da situação de desemprego. Os resultados obtidos indicaram que os trabalhadores atribuíam à sorte estarem amparados pelo Programa Auxílio-Emergencial, e se sentiam felizes e agradecidos à Assistência Social pelo contrato. Acreditavam que este lhes abriria outras oportunidades de trabalho. A grande maioria (aproximadamente, 90%) nos últimos anos estava desempregada, vivia de “bicos” ou “trabalho temporário” e se sentia insegura quanto à aquisição de uma vaga no mercado de trabalho. Por esta razão, alguns ao se depararem com o fim do contrato sentiam-se “tristes” e “deprimidos”, enquanto outros se agarravam à possibilidade de permanecer no Programa, acreditando que os vínculos estabelecidos com os superiores onde trabalhavam resultaria numa indicação que possibilitaria sua (re) inserção ao mercado; que era só uma questão de “fazer tudo direito”. Os trabalhadores que assim acreditavam, mostravam-se alegres e otimistas quanto ao trabalho; aqueles que não alimentavam tal expectativa, ao visualizarem o término do contrato apresentavam-se tristes, deprimidos, apáticos e comunicavam seus sentimentos na forma de choro ou de alheamento durante as atividades. A preocupação maior estava voltada para a situação familiar e se angustiavam com a expectativa de não ter um trabalho que lhes permitisse levar o sustento para casa. Alguns, nesta situação, apresentavam alto grau de sofrimento por antecipar o medo de “viver o desespero” novamente com término do período de trabalho. Fatores como aparência (aproximadamente, 60% sentiam-se feios e mal cuidados), a falta de escolarização, a idade e a experiência se constituíam impeditivos para aquisição de uma vaga no mercado de trabalho formal e isto comprometia a auto estima. Consideravam ideal o trabalho formal pelas garantias que o registro em carteira poderia proporcionar. Embora considerassem as dificuldades para lidar com horários, chefes, baixos salários e risco de demissão, a empresa ainda era vista como uma segurança. O trabalho informal era considerado mais promissor financeiramente, no qual gozariam de maior liberdade para administrar seus recursos, horários e criar as próprias regras, mas praticamente 95% consideravam que lhes faltava escolaridade, recursos financeiros, noções administrativas e, principalmente, uma especialização na qual pudessem fazer seus investimentos.

5. Considerações Finais

Os trabalhadores, durante o desenvolvimento dos encontros demonstraram compreensão da inadequação de conhecimentos para responder as exigências do mercado de trabalho. Sentiam-se fragilizados diante da própria escassez de recursos e reconheciam a necessidade da escolarização tanto para atender às exigências do seguimento formal quanto informal. Porém, para superar a defasagem educacional, valiam-se de valores que consideravam essenciais ao trabalhador como: esforço e honestidade frente às tarefas. Sentiam-se feridos em sua dignidade pessoal quando revelavam as discriminações sofridas na busca e o quanto o preconceito pelas más condições sociais, econômica, política e cultural em que viviam tinha a força para paralisá-los. Considerar estas condições tornava-se um exercício doloroso na medida em que não conseguiam entender por que socialmente não eram reconhecidos. Embora conseguissem significar o que lhes faltava, não discriminavam o que deviam fazer para ter, por isso aceitavam qualquer coisa que lhes garantisse o hoje. Refletiam sobre o futuro, mas tinham medo de “ter as portas fechadas” e se frustrarem, por isso encontravam no assistencialismo a forma de sobrevivência e limitam-se no investimento para traçar os próprios rumos e conquistar a autonomia; esperavam serem “ajudados” constantemente. Acercar-nos do trabalhador e de sua condição de marginalizado num sistema no qual o capital tem avassaladora voracidade e exclui os indivíduos para refletir acerca de suas condições de vida, foi promover para além de orientações e informações acerca das necessidades de se movimentar para o mercado de trabalho, condições para que os trabalhadores pudessem refletir suas possibilidades e limites. Neste trabalho buscou-se compreender as carências, estabelecer vínculos fortalecedores para que o trabalhador pudesse enfrentar seus desafios e construir relações mais humanizadas onde o “homem certo para o lugar certo” seja o homem que caminha para o alargamento de relações humanas, não pautadas no assistencialismo, mas sim no profissional. Para

mudar o que está estrutural e conjunturalmente construído, é preciso que na Psicologia Social e do Trabalho, se assuma a desafiante tarefa de fortalecer o homem no processo, de modo que seja ele capaz de gerir sua atividade produtora e desvelar caminhos para a transformação. Fazer surgir uma nova mentalidade na população é, sobretudo, procurar desconstruir o suposto lugar de segurança que concebe o trabalho tão somente vinculado à empresa. Este é um grande desafio, haja visto que a proposta é contrária a tudo que acreditam.

Referências Bibliográficas

CHAGAS, D.C.F. **O ensino de Empreendedorismo: panorama brasileiro.** In:

Instituto Euvaldo Lodi. Empreendedorismo: ciência, técnica e arte/Instituto Euvaldo Lodi. – Brasília: CNI. IEL Nacional, 2000.

EID F. Et al. **Desemprego, Exclusão e Desafios para o Desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil.** http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/revista/artigos%201/farid_ana_andrea1.htm Acesso em: 11/04/2007 às 21h13min

LEÃO, I. B. et al. **Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e Emoção.** Pesquisas e Práticas Psicossociais,.v. 1, n. 2, São João del-Rei, dez.2006. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/Pagina/ppp-lapip/Arquivos/InaraLeao.pdf> Acesso em: 29/01/2007.

LOPES J. R. **“Exclusão Social” E Controle Social: Estratégias Contemporâneas de Redução da Sujeitidade** <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/02.pdf> Acesso em: 13/03/2007, às 17h30min.

MENDES JR.M. **Superar a mídia apelativa pautando o empreendedorismo.** <http://www.unicamp.br/unicamp/canalaberto/clipping/julho2003/clipping030718> .

Acesso em: 05/09/2006.

POCHMANN, M. **“Mudanças na ocupação e a formação Profissional”** <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br>. Acesso em:19/05/2007, às 13h30min.

SENA, E. C. **Capacitação Profissional.** Available from: <http://www.entreamigos.com.br/textos/trabalho/capacitacao.htm>. Acesso em 29/09/2006.